

DANIEL AUGUSTO FELDMANN

O “SALTO MORTAL” DA MERCADORIA, A CONTRADIÇÃO EM PROCESSO DO CAPITAL E OS SENTIDOS DO NOVO NACIONALISMO AUTORITÁRIO NO SÉCULO XXI

Recebido em 01/05/2019

Aprovado em 22/12/2019

O “SALTO MORTAL” DA MERCADORIA, A CONTRADIÇÃO EM PROCESSO DO CAPITAL E OS SENTIDOS DO NOVO NACIONALISMO AUTORITÁRIO NO SÉCULO XXI

Resumo

Pretendemos analisar a conexão entre a sociabilidade neoliberal e a nova onda de governos e movimentos autoritários pelo mundo. Parte-se da hipótese de que, dados os limites do capital enquanto relação social, perde-se a relativa capacidade que houve no passado de se mitigar e de se sublimar os efeitos do “princípio de competição” nos termos que formulou Horkheimer. Com isso, a sociedade se aproxima cada vez mais da dinâmica da guerra civil. Daí justamente a ascensão de governantes como Trump, Salvini, Duterte e Bolsonaro: eles não se propõem a, nem mesmo retoricamente, conter o potencial de guerra civil latente na sociedade burguesa, mas sim governar com e através de tal potencial de violência.

Palavras-chave: crise do capital; crítica da economia política; relações internacionais; teoria crítica; Karl Polanyi

DANIEL AUGUSTO FELDMANN

Professor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Professor permanente do programa de Pós Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

E-mail: dafeldbr@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0003-2048-5749>

Abstract

We intend to analyze the connection between neoliberal sociability and the new wave of authoritarian governments and movements around the world. It starts from the hypothesis that, given the limits of capital as a social relationship, the relative capacity that existed in the past to mitigate and sublimate the effects of the “competition principle”, in the terms that Horkheimer formulated, is lost. As a result, society is increasingly approaching the dynamics of civil war. Hence the rise of government officials like Trump, Salvini, Duterte and Bolsonaro: they do not propose, even rhetorically, to contain the potential of latent civil war in bourgeois society, but to govern with and through such potential for violence.

Keywords: capital crisis; Critique of Political Economy; international relations; critical theory; Karl Polanyi

I. Apresentação

Nosso ponto de partida é o artigo de Dardot e Laval, “Anatomia do novo neoliberalismo”, que sustenta a tese de que a virada política em curso no mundo hoje, com a ascensão de um novo nacionalismo autoritário, cujo marco fundamental é a eleição de Trump em 2016 – mas que também se expressa na ascensão recente ao poder de outros como Salvini, Orbán, Kurz, Duterte e Bolsonaro–, deve ser refletida a partir de um quadro mais amplo e geral marcado pela imbricação entre neoliberalismo e autoritarismo. Para Dardot e Laval (2018, s/p):

Esta matriz estratégica das transformações econômicas e sociais, bastante próxima de um modelo naturalizado de guerra civil, encontra uma outra tradição, mais autenticamente militar e policial, que faz da “segurança nacional” a prioridade de todos os objetivos governamentais. Neoliberalismo e deriva securitária do Estado fizeram cedo uma boa fusão.

Buscaremos desenvolver as causas e consequências de tal imbricação, partindo de certas premissas e análises. Em primeiro lugar (seção 2), apoiando-nos em certas categorias da crítica da economia política marxiana, sugerimos que a guerra civil é algo sempre latente e constitutivo da própria dinâmica capitalista, ao mesmo tempo que avançamos a hipótese de que as transformações em curso nesse século XXI tendem justamente a elidir os freios que, em outros momentos históricos, puderam travar ou conter a eclosão de tal guerra. Em seguida (seção 3), resgatando de forma crítica a importante contribuição de Karl Polanyi, pretendemos mostrar que as condições históricas que no século XX permitiram certas formas de limitação e controle social consciente da esfera econômica estão superadas, ensejando uma crescente heteronomia do processo político e social, assim como um aumento substantivo de um processo de individualização e atomização, que são essenciais para a apreensão da conjuntura em que vivemos. Na seção 4, sustentamos que tal intensificação da incontrollabilidade e da dessocialização recoloca de forma cada vez mais forte o fantasma da guerra civil e é indissociável de um processo de crise permanente do capital, processo este

que buscamos iluminar a partir do conceito de “contradição em processo” presente nos *Grundrisse* de Marx. Por fim, na seção 5, tentamos descortinar os sentidos dos novos nacionalismos autoritários, indicando que eles têm em comum o fato de levarem ao extremo e com eficácia certas tendências que já estavam contidas a partir da disseminação da dinâmica de limites internos do capital e da racionalidade neoliberal que dela se desdobra.

2. Modernidade capitalista e o fantasma da guerra civil

Para clarificarmos o que chamaremos aqui de “fantasma da guerra civil” é necessária uma breve digressão. A separação entre o que veio a ser denominado de esfera política e de esfera econômica é produto da modernidade capitalista. Afinal, é o capitalismo que, ao instituir a generalização da mercadoria e do valor como forma indireta de mediação entre os indivíduos, produz tal autonomização do econômico uma vez que destitui a antiga fusão da reprodução da vida material com costumes, tradições e relações de poder diretas e pessoais entre os indivíduos. Contudo, tal cisão, cuja contraface é o surgimento do sujeito econômico cioso de seus interesses e imerso na concorrência em mercados e do sujeito político que configura o cidadão moderno, deve ser apreendida no quadro de uma unidade sem a qual não poderia desenvolver-se a sociedade capitalista. Sem abordar todas as diferentes dimensões que se desdobram desta relação entre o econômico e o político, selecionamos aqui apenas uma dessas dimensões, que é essencial para nossa tese. A introjeção, pelos indivíduos, dos imperativos abstratos da valorização do capital cria por si mesma uma dinâmica disruptiva e de virtual guerra civil. E isso não apenas devido ao fato de que as relações sociais no capitalismo precisam aparecer na forma de coisas como mercadorias e dinheiro. Mais importante ainda é o fato de que uma sociabilidade fetichista “pura” – isto é, sem quaisquer outras formas de mediação social – só poderia levar à lógica de destruir o outro para sobreviver. A violência direta da mercadoria sem qualquer controle levaria diretamente à guerra civil. Sem a constituição de uma esfera política separada, aquilo que Marx

chamou do “salto mortal” da mercadoria¹ – isto é, a necessidade imperiosa da mercadoria ser realizada se transformando em dinheiro, ao ser transposto de forma nua e crua para as relações humanas no seu conjunto–, tornaria estas últimas simplesmente impraticáveis. Destarte, a metáfora do “salto mortal” de Marx pode, sim, ir muito além de uma simples metáfora.

É neste prisma que é lícito ver o Estado e a esfera política não numa mera relação de exterioridade com a dinâmica do mercado e da concorrência, mas, sim, precisamente como a estrutura de ligação social que permite a reprodução dessa dinâmica. Assim, caberá ao Estado não apenas a criação de uma institucionalidade correspondente à sociabilidade da mercadoria e do capital – direito abstrato, contratos, normas, etc. – como também o papel de mitigar o potencial sempre latente de violência e de conflitualidade generalizada que está contido na lógica concorrencial. Evidentemente, isso não anula o fato de que a própria violência, em diferentes formas – interna ou externa ao quadro de cada um dos diferentes Estados nacionais –, tenha sido sempre uma marca decisiva dessa modernidade capitalista. O que nos interessa mais aqui, por ora, é sugerir que existe um potencial de explosão e guerra civil que se desdobra da própria forma reificada instituída pela categoria econômica do valor, quenecessita, de alguma forma, ser contido, pois, do contrário, o caos e a incontrolabilidade social colocariam em risco a própria continuidade dos pressupostos da valorização infinita do capital como fim em si. É precisamente dentro desta tensão constitutiva que o Estado deve aparecer como regulador das relações econômicas, como produtor de controles e de contrapesos para a lógica dessocializante da concorrência generalizada, como “árbitro” de determinados conflitos entre os distintos interesses particulares, e não menos importante, como organizador da integração – material, institucional e simbólica – do espaço territorial da nação. Vale dizer que essa mesma tensão constitutiva suscita uma contradição moral que também cinde a sociedade burguesa. Dado que tal

¹ “O salto que o valor da mercadoria realiza do corpo da mercadoria para o corpo do ouro [...] é o salto mortal da mercadoria. Se [...] dá errado, não é a mercadoria que se esborracha, mas seu possuidor” (MARX, 1985, v. I, p. 225).

sociedade reduz os contatos entre seres humanos a uma sempre renovada e feroz competição, é preciso erigir, como ideal ético, a repressão e a contenção de tal agressividade egoísta que a própria estrutura social desencadeia. Como aponta Horkheimer (1982, p.14), para que se consiga, de fato, a mitigação e a sublimação de tal agressividade, também cabe à esfera política e ao Estado favorecer a difusão de valores opostos ao individualismo sem limites:

A necessidade de uma moralidade idealista decorre da situação econômica da burguesia. [...] medidas muito abrangentes do Estado foram necessárias para que o todo social fosse capaz de reproduzir a si mesmo em tais circunstâncias [...]. Uma das causas da moralidade burguesa se situa na necessidade de restringir o princípio de competição justo na época dominada por tal princípio.

Por outro lado, e isso é central, a capacidade do Estado em dirimir tal tensão constitutiva jamais pode ser ilimitada. O próprio Estado é sujeito a imperativos e restrições que lhe escapam, imperativos e restrições que são o produto de uma lógica tautológica, que, não raro, impede qualquer coordenação racional. Como fórmula Vincent (1979, p.39):

Não há descontinuidade absoluta entre a acumulação de capital e a produção de normas e valores próprios ao Estado, como ordem, segurança, formalismo da igualdade, mas, ao contrário, há descontinuidade relativa, dialética sutil da exclusão e da inclusão. De um lado, o Estado se apresenta como a sublimação das relações sociais imediatas, como se ele reestabelesse aos indivíduos da sociedade capitalista uma sociabilidade da qual eles foram despojados. De outro lado, o Estado está intimamente ligado à socialização-privatização da vida capitalista.

Vincent aponta aqui para o fato de que esta socialização encarnada no Estado e nas instituições políticas é, ao mesmo tempo, privatizante, posto que ela mesma também recoloca o atomismo generalizado uma vez que torna as pessoas em suportes individualizados de uma dinâmica capitalista que as escapa. Os indivíduos passam a estar estreitamente interligados, mas trata-se de uma interligação centrada ela mesma na concorrência e no

afrontamento. Assim, a mesma socialização política capitalista que produz a unificação dos indivíduos num mesmo quadro social que se busca estável, também assenta as bases para o prosseguimento da sua exclusão e separação conflitiva, ou seja, de uma crônica instabilidade. Tal instabilidade não pode ser simplesmente suspensa indefinidamente, pois o Estado, longe de bloquear a reprodução fetichista da sociedade em que “a independência recíproca das pessoas se complementa num sistema de dependência reificada universal” (MARX, 1985, p.96), deve ser apropriada mediação política que corresponde a esta “dependência reificada” de que fala Marx. Destarte, dentro desta dialética de unificação e separação, de socialização e de privatização mediada pelo Estado, cria-se uma dinâmica em que as medidas que vão no sentido de uma ordenação consciente da reprodução social não conseguem nunca abolir a incontornabilidade e o caráter errático de tal reprodução. Aliás, como no capitalismo a mediação política estatal não é um fim em si, mas, sim, o quadro político que permite o desenvolvimento da valorização do capital como fim em si, a própria atuação controladora do Estado só pode preparar novas formas de descontrolo mais à frente. O afã organizador e “pacificador” do Estado ajuda a reinstituir elementos desorganizadores, imprevisíveis e conturbados. Destarte, a mesma totalidade que confere certa autonomia ao Estado, reitera de forma incessante sobre ele a sua subordinação, a sua heteronomia, o seu constrangimento³.

Isto posto, voltemos à nossa hipótese: a nova conjuntura histórica está marcada por uma crescente falência neste papel de balizamento, ordenação, sublimação do egoísmo agressivo e relativo controle social e econômico exercido pelo Estado-nação e suas instituições, falência esta que, buscaremos mostrar, é o pano de fundo das novas formas de nacionalismo autoritário que têm se desenvolvido. Numa conjuntura marcada pela crise do capital, dentro dos pares contraditórios em que se desdobra a tensão constitutiva da sociabilidade capitalista – socialização-individualização,

² Não por outros motivos o mesmo Vincent (1979, p. 40) irá criticar a ilusão voluntarista de se “superestimar as possibilidades de ação do Estado e de lhe atribuir capacidades de intervenção muito além dos limites que lhe determinarão o processo de valorização”.

inclusão-exclusão, unificação-separação, organização-desorganização –, estaríamos diante de uma dominância em escala ascendente do segundo termo destes pares. Com isso, sobressai uma sociabilidade que cada vez mais se confunde com a lógica nua e crua da mercadoria e do valor, e que, por isso mesmo, está se aproximando perigosamente de uma guerra civil aberta. Perante esse quadro explosivo e com consequências imprevisíveis, a política e a atuação do Estado enquanto tais mudam de qualidade. Ao invés de se proporem a mitigar e limitar a violência potencial, a luta dessocializante de todos contra todos e a desagregação social, tratam agora de assumir, cada vez mais, tais características como realidades cristalizadas e de se governar com e através delas.

3. A atualidade e o anacronismo de Karl Polanyi

Ora, a apreensão da tensão constitutiva de que tratamos na seção anterior não pode ser tratada em abstrato, isto é, desencarnada da realidade concreta e da história. Nesse sentido, é bastante útil retomarmos aqui a leitura da crise do liberalismo do início do século XX feita por Polanyi (2000). Esse autor produziu uma leitura original sobre a “*Grande Transformação*” que marcaria o século XX, a saber, o surgimento de instituições que buscariam, de diferentes formas, “reenquadrar” o econômico dentro de determinadas formas de controle e limitações pela sociedade. O ponto central de seu livro de 1944, e que se reveste de candente atualidade, é o fato de que a redução de todas as esferas da vida ao mecanismo de mercado, a transformação de todas as atividades humanas num jogo cego de oferta e demanda, seria insustentável. Não poderia existir uma verdadeira sociedade ao se deixar a relação do homem com a natureza ao sabor do mero ganho pecuniário, ao transformar o trabalho humano numa mera mercadoria que pode ser descartada e jogada no desemprego à qualquer momento, ao fazer com que o dinheiro deixe de ser um meio de troca controlado pela sociedade para se tornar em objeto da mais pura especulação como num cassino. Terra, trabalho e dinheiro seriam, para ele, falsas mercadorias, ou mercadorias

“fictícias” na sua terminologia, no sentido de que jamais poderiam ser deixadas a flutuar ao sabor anárquico de mercados desregulados.

Foi justamente contra esta “obsoleta mentalidade de mercado”, nos termos de Polanyi, mentalidade absolutista e intransigente, que a sociedade não apenas desejou – com foi obrigada a – responder. As intenções puramente econômicas de ganho, a precificação total das atividades humanas, não poderiam planar livres e soltas, pois isso perverteria o próprio sentido do que seria a vida em comum dos indivíduos. Assim, o “contramovimento” no sentido de reenquadrar o econômico fugidio para diferentes formas de controle social era inevitável. Existiria uma repulsa automática, um verdadeiro imperativo de contestação diante da tentativa de se reduzir o mundo aos desmandos dos motivos puramente mercantis. Por outro lado, é fundamental notar que tal reação obrigatória da sociedade estava longe de garantir por si uma saída positiva e civilizatória para a questão. Afinal, para Polanyi, o “contramovimento” poderia, por um lado, tanto permitir o fortalecimento de um novo quadro institucional que reduzisse a associalidade, ao mesmo tempo preservando a liberdade das pessoas, como também, por outro lado, a recuperação do econômico pelas instituições políticas e sociais poderia se dar na forma de uma intensificada repressão, fascismo e ditaduras, como atesta a história do século XX.

Ao mesmo tempo, não por acaso também o “contramovimento” polanyiano sempre esteve umbilicalmente ligado ao nacional. A invocação do nacional no século XX, seja na forma direta de nacionalismos modernizadores, ou ao menos então na forma de coordenação e mecanismos de planejamento econômico e social-nacionais, era uma constante. Numa via de mão dupla, propunha-se a integração e coesão social através da armadura do Estado-nacional, ao mesmo tempo que este último postulava sua razão de ser justamente por via desta integração e coesão. Mesmo que, nos fatos, tal integração e coesão – em especial na periferia do capitalismo – fosse, em muitos aspectos, farsesca, pois, na verdade, a dinâmica social era mantida com enormes doses de exclusão e violência. Era sempre o “nacional como

projeto” que inspirava e legitimava – nas ditaduras e democracias, e da esquerda à direita – a mobilização do progresso e a perspectiva de um devir harmonioso diante do desafio posto pela modernização. Parafraseando Anderson (2008), mesmo que as “comunidades imaginadas” nacionais ficassem em certa medida só mesmo no imaginário, elas eram o esteio da ordenação que se buscava.

Daí que a transposição da tese polanyiana para este século XXI é atravessada por uma contradição conspícua. De um lado, ela é muito atual, no sentido de que existe uma reação inegável da sociedade contra os efeitos da subordinação total e cega aos mercados que a dinâmica neoliberal pretende impor. Persiste o mal-estar com a globalização e também cresce a revolta difusa com a dinâmica social disruptiva em curso. Entretanto, há uma mudança de qualidade notável no caráter deste “contramovimento” polanyiano em relação ao que ele fora ao longo do século XX. Ao contrário do passado, não estão em curso processos que logrem reenquadrar a esfera econômica para o controle da sociedade a partir de suas instituições. A insatisfação generalizada não consegue ser mobilizada politicamente – à esquerda e à direita – contra os processos que recolocam em escala ampliada a associalidade, a individualização e a mercantilização profunda da sociedade. Justamente a terra, a natureza, o trabalho e o dinheiro, que, para Polanyi, deveriam ser preservados e coordenados socialmente, têm se transformado em objetos de desarraigada desregulação, mercantilização e especulação. Assim, o que salta aos olhos é o fato de que o novo nacionalismo em curso neste século XXI não possa mais ser equiparado com os nacionalismos e projetos nacionais do passado pautados na administração política e na contenção do que Polanyi chamava de “moinhos satânicos” do mercado.

Justamente o que faltava na análise de Polanyi era a percepção que a possibilidade de moldar, através de instituições e freios, o ímpeto dissolvente dos mercados e da precificação sem limites da vida precisa ser historicizada. Sobretudo a partir do momento em que o capital, como relação social,

impõe-se de forma pervasiva no mundo, eliminando ou remodelando os resquícios pré-modernos em todo globo, o caráter das esferas social, políticas e cultural não pode ser poupado da dinâmica fetichista do capitalismo. Fetichismo esse, bem entendido, que não deve ser compreendido no sentido de uma subordinação simplista aos automatismos e imperativos do valor e do capital, como se os indivíduos fossem quase como marionetes, desprovidos de qualquer agência. Na realidade, precisamente a força do fetichismo na contemporaneidade reside, em boa medida, numa subordinação consciente e desejada das pessoas a uma forma de dominação abstrata e impessoal que acaba por submeter a todos, posto que tal dominação direciona e limita o escopo das iniciativas e ações individuais. Isso revela, a nosso ver, a pertinência e atualidade de um diagnóstico de Marcus e sobre os países desenvolvidos, ainda nos anos 1960. Para ele, a formulação original da análise das práticas fetichizadas capitalistas feita por Marx deveria ser atualizada, pois ao mesmo tempo que tais práticas indicavam uma sociedade encerrada em sua própria impotência e heteronomia, elas não deixavam de ser, ao mesmo tempo, o produto de uma adesão aberta dos indivíduos e manifestamente insuflada pelas instituições e cultura em vigor³.

De toda e qualquer forma, cremos que a releitura da obra de Polanyi, tanto na sua força como em suas debilidades, pode dar pistas valiosas para pensar o atual momento. Wolfgang Streeck tem uma contribuição valiosa nesse sentido, mas que, ao mesmo tempo, não deixa de ter suas deficiências. Para Streeck (2014), estaríamos diante do fim do capitalismo, não por certo como uma queda repentina, mas, sim, como um processo longo e sem volta de inviabilização e desestruturação dos liames que historicamente permitiram a sua manutenção. Mais precisamente, e aqui seguindo a pista de Polanyi, Streeck sugere que não apenas os freios institucionais aos mercados desregulados permitiam um mínimo de coesão social ao capitalismo,

³ Sobre os processos fetichistas, Marcuse (1967, s/p) afirmará então que “Marx acreditava que eles se produziam ‘atrás das costas’ dos indivíduos; já nas sociedades avançadas de hoje, isso é verdade somente com fortes qualificações. Engenharia social, gerência científica da empresa e relações humanas, e manipulação das necessidades instintivas são praticadas no nível da feitura das políticas e são testemunha do grau de consciência em meio à cegueira generalizada.”

como também eram as diferentes expressões de oposição ao capitalismo que, em grande medida, conferiam-lhe vitalidade. Não por acaso, Streeck nos lembra de que é justo no período do pós-guerra que os sindicatos de trabalhadores, assim como a ameaça soviética, eram fortes, que as regulações keynesianas e o apoio explícito dos investimentos públicos teriam permitido a fase de maior crescimento do capitalismo. Nessa perspectiva, seriam as limitações, ameaças e constrangimentos impostos ao capital do exterior, e mesmo, até certo ponto, as relativas vitórias dos trabalhadores na luta de classes, que garantiam a estabilidade e ordem social sem as quais a acumulação de capital não poderia se desenvolver de forma adequada no longo prazo. Já hoje em dia, o anterior jogo virtuoso entre vitalidade e oposição teria terminado, fazendo com que a aparente vitória total do capitalismo fosse, no fundo, o prenúncio do seu fim. Para Streeck, estagnação econômica, redistribuição oligárquica, pilhagem do setor público, corrupção e anarquia global seriam sintomas desta crise profunda. E na origem dessa crise estaria o fato de que “a desordem mundial [...] é hoje uma outra coisa: o resultado de um veloz e bem-sucedido ataque dos mercados a um amplo leque de instituições e atores, herdados do passado ou construídos em longas lutas políticas, que por algum tempo conteve o avanço do capitalismo em limites socialmente aceitáveis” (STREECK, 2014, s/p).

A tese de Streeck é sedutora, mas deixa perguntas cruciais não respondidas. Porque agora, diferentemente do passado, este ataque dos mercados consegue ser tão abrangente e totalitário? Ou ainda, porque a desordem mundial se impõe como padrão e impede formas de controle social consciente que, no passado, puderam impor os freios necessários para enquadrar, de algum modo, o capitalismo dentro de certos arranjos? A questão central é que, se de um lado, Streeck chama atenção, com razão, para aspectos fundamentais do capitalismo de hoje – crise econômica permanente, concentração da riqueza, totalitarismo dos mercados, aumento da anarquia e da heteronomia das ações dos indivíduos e Estados, etc. –, de outro lado, ele deixa um tanto no ar a explicação das causas e da historicidade desses mesmos aspectos. Em outras palavras, as virtudes da análise de Streeck não

o isentam de uma certa tautologia ao explicar a força do capital em destruir as suas barreiras exteriores... pela própria vitória (de Pirro) do capital e dos mercados. Em contrapartida, sugerimos, diferentemente de Streeck, que o quadro institucional das sociedades não apenas não é exterior, como também se amolda às vicissitudes da finalidade última do modo de produção vigente: o movimento de “valorização do valor”, que está na base do capital como relação social. Isso nos conduz a buscar nos limites internos do capital os motivos e consequências do atual bloqueio do “contramovimento” de Polanyi, bem como tentar situar, a partir daí, os contornos do novo nacionalismo.

4. A contradição em processo no século XXI

A heteronomia crescente e a flagrante incapacidade dos Estados nacionais em manter qualquer tipo de controle da esfera econômica, no sentido polanyiano do termo, são um traço marcante das últimas décadas. O caráter impressionante desse fenômeno é tanto maior quando contrastamos nosso tempo com o padrão global vigente após a Segunda Guerra Mundial, em que o “contramovimento” preconizado por Polanyi teve seu ápice. A despeito de diferenças importantes entre as diversas regiões do mundo, e também a despeito da rivalidade proclamada entre os distintos modelos econômicos de então, havia, por outro lado, traços comuns, uma similitude marcante por trás da retórica que proclamava a diferença absoluta. Afinal, seja no Primeiro Mundo, com o modelo fordista-keynesiano, no Segundo Mundo, com o chamado “socialismo real”, ou no Terceiro Mundo, com as experiências de modernização desenvolvimentistas, as práticas de planejamento, controle e regulação apoiadas no Estado faziam-se presentes de forma conspícua. De distintas formas, estava em vigor a ideia de que se poderia modelar o desenvolvimento econômico num dado sentido. Como chama a atenção, com razão, Postone (2006), o fato de que tais práticas e conformações estruturais do pós-guerra tenham hoje perdido sobremaneira seu lugar, de forma tão abrangente, não pode ser visto como algo fortuito,

como se fosse o advento de uma mera contingência histórica. Tampouco a avalanche neoliberal a partir dos anos 1980 pode ser atribuída, como é comum se dizer, meramente a uma conjunção de superpoder e astúcia das elites, que, em nome de seus privilégios e ganância, teriam consciente e planejadamente remodelado e dobrado toda a sociedade aos seus desígnios, abafando todas as resistências para firmar a atual ordem oligárquica. Esta superestimação da agência e coordenação das elites não apenas confunde as causas com as consequências do processo, mas também deixa sem explicar a resiliência e a profundidade das transformações vigentes. Pois ao reduzir a questão ao eterno problema da correlação de poder e força, a uma configuração hegemônica desfavorável que se espera passageira, o pensamento que se pretende crítico permanece preso à promessa de uma virada de jogo que, implícita ou explicitamente, flerta nostálgicamente com o retorno do afã condutor e modelador do Estado, que já virou passado e não pode mais voltar⁴.

Portanto, a emergência da sociabilidade neoliberal contemporânea, bem como das políticas e das instituições que a acompanham, não pode ser lida como uma ruptura total com o momento que o antecedeu, como se fosse um raio em céu azul. As exigências próprias do processo de acumulação de capital, assim como a incessante difusão da racionalidade instrumental – legitimada pela ideia de modernização e progresso onipresente nos três

⁴ Tal sobrevalorização retrospectiva do arranjo do segundo pós-guerra nos três mundos elide o fato de que já então estavam em curso processos que se voltavam contra o “contramovimento” polanyiano e já preparavam, de alguma maneira, a volta do “moinho satânico” da ilimitação dos mercados. Seja no Primeiro Mundo, com sua aliança tácita entre capital e trabalho, que incluiu de forma relativamente favorável os trabalhadores nos circuitos de produção e consumo, seja no Segundo e Terceiro Mundos, com os seus esforços de modernização recuperadora de suas economias e sociedades, esteve um curso um processo em que a imposição da lógica e dos imperativos do capital se generalizou e ganhou força. As dinâmicas modernizantes do segundo pós-guerra, a despeito do espírito dominante de coordenação dos processos econômicos, ou talvez por isso mesmo, ajudaram a universalizar e aprofundar o afã da produção pela produção, a busca ilimitada por acumulação, a internacionalização da concorrência, o consumismo como manipulação dos desejos, a destruição de formas pré-capitalistas de vida, a dominância dos motivos puramente econômicos e a eleição do dinheiro e da forma valor como mecanismos todo-poderosos de mediação social (inclusive nos países do “socialismo real”). Ao liberar forças que se julgava estarem sob controle, as premissas de contenção e administração política que buscavam ordenar a integração e a coesão dos indivíduos no plano nacional reforçaram - intencionalmente ou não - a dinâmica de “socialização privatizante” fetichista potencialmente desintegradora e instabilizante que mencionamos mais acima.

mundos do pós-guerra –, tiveram grande responsabilidade para pavimentar a situação em que ora nos encontramos. Num olhar retrospectivo podemos afirmar que uma espécie de “astúcia da irrazão” do capital voltou a se recolocar. Assim, a relativa margem de manobra e o horizonte de alternativas e projetos nacionais integradores que se abriam (ou pareciam se abrir) no período do segundo pós-guerra impulsionaram uma dinâmica que já continha, em larga medida, as sementes da sua própria negação. Daí que, para além das utopias e projeções que marcaram – e marcam até hoje – o olhar de tal fase mais estatista do capitalismo, nela já estava em germe uma maior homogeneização da vida em torno dos critérios abstratos de rentabilidade e concorrência, mesmo que para grande parte da humanidade isso implicasse – e certamente hoje implica ainda mais – a sua transformação em “*sujeitos monetários sem dinheiro*”, segundo a expressão de Kurz (1993).

Por outro lado, a argumentação que sustentamos até aqui, ainda é insuficiente para enfrentar adequadamente o problema do porquê e do como, nas últimas décadas, há, de forma irresistível, um aprofundamento do neoliberalismo em todos os planos, bem como uma escalada na heteronomia e no descontrolo no Sistema-Mundo capitalista. Avancemos neste ponto. Se é inegável que a mundialização comercial, produtiva e financeira da atualidade mina a própria antiga noção de espaços econômicos nacionais e debilita o tipo de coordenação estatal que se praticava outrora – sem falarmos ainda das chantagens e dos vetos a políticas nacionais que os “mercados globais” têm conseguido exercer –, não será a mundialização, *per se*, que pode explicar plenamente o sentido dos fenômenos que se desenrolam. É preciso aqui, obrigatoriamente, incorporar a vigência dos limites internos do capital como relação social. Ou, melhor dizendo, é preciso ter na devida conta que a mundialização – que, retomando os termos de Marx, acentua a interdependência “*reificada universal*” – interliga, de forma cada vez mais caótica, uma totalidade que é atravessada por tais limites. Limites que aqui são entendidos como a concretização cada vez mais visível da hipótese já aventada por Marx nos *Grundrisse*, a partir do que ele chamou de contradição em processo do capital, isto é, da sua tendência, posta pela lógica

concorrencial, de transformar o trabalho vivo em obsoleto para a produção de riqueza material, ao passo que o mesmo capital prossegue exigindo a extração de mais-trabalho como pressuposto de sua própria valorização⁵. É precisamente no cruzamento entre, de um lado, o anacronismo histórico da forma valor como pressuposto da existência material e, de outro lado, as exigências cada vez mais brutais do capital de moldar a sociedade sob tal forma, que se encontra uma chave decisiva para a compreensão da crescente irracionalidade e da aceleração da vida na contemporaneidade. A diretriz absoluta da valorização como fim em si, ao subordinar o conjunto da produção social, escancara paradoxos gritantes, como a perspectiva de colapso ambiental em meio à possibilidade de uma relação harmônica com a natureza, a miséria em meio à abundância, a exploração e a precarização crescentes do trabalho em meio à sua potencial redução substancial, ou mesmo sua abolição, para a obtenção da maioria dos bens necessários à vida. Se as consequências da contradição em processo, que tornam aquilo que Marx chamava de “intelecto geral” – isto é, a ciência e tecnologia avançadas – o fator decisivo de produção, já estavam postas em marcha com o advento da Terceira Revolução Industrial décadas atrás, elas só tendem a se agudizar hoje com as inovações – em curso ou potenciais – que acompanham a Quarta Revolução Industrial e suas novas formas de produzir, como na chamada Indústria 4.0. A realidade de uma crise profunda no trabalho e nos empregos⁶, que agora engloba inclusive ocupações tidas como mais qualificadas e de classe média⁷, torna-se cada vez mais difícil de ser negada. Por outro lado, o que é bem menos discutido, a nosso ver, é o fato de que a crise do trabalho é também a crise do próprio capital e, com as devidas

⁵ “O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza.” (MARX, 2012, p. 28).

⁶ Botelho (2016, p. 18), apoiado em dados da OIT, aponta que atualmente “63 % da força de trabalho global atual está em situação de desemprego, desencorajada (desistiu de procurar emprego) ou se trata de “empregados vulneráveis”, isto é, trabalhadores por conta própria, trabalhadores sem rendimento, membros de cooperativas de produtores etc.”.

⁷ Sobre isso, ver uma convincente análise em Collins (2013).

mediações, é também a crise do próprio Estado-nação. Sendo a criação de mais-valia através da extração de trabalho produtivo o motor do sistema, não é de surpreender que este último esteja há décadas patinando com baixo crescimento, crises recorrentes, incapacidade da retomada de um padrão de acumulação sustentável e retração substancial dos investimentos produtivos de longo prazo. Nada menos que a reprodução sistêmica capitalista passa a afundar quando, como bem frisou Gorz (2007, s/p), “a produção de mercadorias [...] é por demais estreita e poupadora em trabalho humano por permitir à superabundância de capital de se valorizar”. Ou ainda, dito de outra forma, tomando como válida a hipótese avançada por Chesnais, tem-se que o limite do capital torna-se intransponível “à medida que a penúria de mais-valia se enraíza, se torna estrutural” (CHESNAIS, 2017, s/p)⁸. Eis que emerge então o paradoxo – apenas aparente – de que quando o capital atinge os seus limites, ele passe a exigir – e impor de forma cada vez mais ilimitada – a adesão de indivíduos, instituições e Estados à sua dinâmica. Pois diferentemente do que sugere Streeck, a relativa autonomia do passado que a esfera política tinha em manejar os processos sociais e de impor certos controles frente aos aspectos mais perniciosos da lógica dos mercados não significava propriamente – ou ao menos não principalmente – erigir barreiras exteriores ao capital. Justo ao contrário, tal autonomia ganhava corpo pelo próprio papel da esfera política em assentar e impulsionar a própria dinâmica expansiva da valorização de capital, assim como essa dinâmica expansiva retroagia no sentido de aumentar a margem de ação da esfera política. Chame-se isso de “modernização” ou de “desenvolvimento”, os controles estatistas do segundo pós-guerra eram insubstituíveis para assegurar certos pressupostos essenciais que a mera iniciativa privada não queria ou não conseguiria jamais instituir, como, por exemplo, superar certos resquícios sociais atávicos quando necessário; proteger e consolidar mercados nacionais; estabelecer a infraestrutura e

⁸ Sem mencionar aqui o aumento recente de formas de trabalho improdutivo que, além de não criarem valor, absorvem quantidades crescentes de mais-valia. Para uma discussão detalhada sobre este ponto e com dados empíricos sobre a economia estadunidense nas últimas décadas, ver Paitarides e Tsoulfidis (2018).

diferentes mecanismos de apoio para o avanço da produção e circulação de mercadorias; para não falar da própria criação violenta de um proletariado nas regiões de capitalismo mais tardio. Assim, não seriam tanto as oposições e os limites institucionais sobre o capital que teriam lastreado o seu sucesso em tal período, como sustenta Streeck. Ao contrário, seria precisamente o horizonte, que ainda se fazia presente, de uma expansão ampliada da acumulação do capital – expansão que era favorecida pelas mediações estatais nacionais, mas que também aumentava o escopo e a amplitude destas últimas – o fator principal que permitia tal modelagem das instituições políticas sobre a lógica econômica.

Ora, quando são atingidos os próprios limites internos do capital, quando está em questão a própria expansão sistêmica – que, mesmo falsamente, ainda acendia no passado a promessa de um “progresso” a ser conquistado a duras penas e sacrifícios –, é evidente que o antigo papel do Estado entre em curto-circuito. O que se produz então é um esvaziamento dos controles outrora possíveis sobre a esfera econômica. E posto que a crise em curso não tem apontado até aqui para uma outra forma de sociabilidade para além do capital e da mercadoria, a forma concreta pela qual os processos sociais e econômicos se desenrolam só pode ser a subordinação direta e sem contrapesos a uma concorrência cada vez mais brutal, que desencadeia processos dessocializantes e insensíveis a quaisquer outros sentidos e finalidades sociais que não sejam a rentabilidade contábil abstrata. Dito de outro modo, o bloqueio da valorização embutido na contradição em processo do capital não implica a suspensão da lei do valor. Justo ao contrário, a lei do valor torna-se, na realidade, ainda mais implacável, colonizando todas as instituições e âmbitos da vida justamente porque se torna escassa a sua “matéria-prima”. Se, como já dizia Cervantes, “o melhor tempero é a fome”, a insaciabilidade e a incontrolabilidade inerentes ao próprio conceito de capital só podem crescer quando se torna mais rara a possibilidade efetiva de novas frentes sustentáveis e perenes de valorização. Isto não significa, por outro lado, que o Estado-nação saia de cena ou que tenha a sua importância reduzida. Trata-se muito mais de uma mudança de qualidade e de sentido

na sua atuação: ele transita da sua antiga função de suporte e gerente de uma dinâmica ascendente – em termos capitalistas, bem entendido – para a atual situação em que ele mesmo se adapta e busca impor a adaptação total da sociedade aos riscos, imprevisibilidade e percalços oriundos de uma crise estrutural sem fim.

As transformações daí decorrentes não são de pouca monta, pois uma marca indelével dos nacionalismos e dos projetos nacionais do segundo pós-guerra era a conciliação, até certo ponto regulada, da expansão da valorização dos capitais com a integração de suas populações pelo trabalho. O horizonte que dava sentido à própria ideia do nacional era o de uma sociedade salarial, material, institucional e simbolicamente ordenada pelo Estado, seja na mediação das relações entre capital e trabalho, seja tendo-se o próprio Estado como empregador privilegiado por via de seus investimentos e empresas. Há, portanto, uma ruptura de fundo hoje, quando o trabalho não pode aparecer mais como o elo que liga os esforços individuais a uma ordenação coletiva ou nacional, e o fantasma da superfluidade pesa como uma espada tanto sob os já supérfluos como sobre os que temem cada vez mais cair nesta condição.

Mas como tal superfluidade crescente do trabalho não abole a sua obrigatoriedade para a vida dos indivíduos sob o capitalismo, instala-se uma disputa cada vez mais cruenta no mundo do trabalho. Uma disputa que, ademais, é cada vez mais individualizada e em que proliferam a informalidade, a alta rotatividade, a flexibilidade, o tornar-se “empresa de si mesmo”, sem falar do crescimento da oferta de serviços pessoais para os mais abastados – sintoma combinado da desigualdade em alta com a carência de empregos. A escassez de empregos minimamente estáveis e perenes pavimenta a submissão ilimitada, mas também o culto à concorrência. Como bem metaforiza Böttcher (2018), vive-se a “pedalar para manter a sua posição, na escada rolante em movimento descendente”. Nesse sentido, a racionalidade neoliberal – insuflada pelos governos que não cessam de eliminar direitos e garantias trabalhistas, mas que também é interiorizada

pelos indivíduos – pode muito bem ser lida como um modo de governo que corresponde a um mecanismo de seleção perfeitamente adequado para uma conjuntura em que o capital atinge seus limites internos. O caráter abstrato dessa racionalidade, isto é, o fato de uniformizar a avaliação de cada indivíduo a partir do critério único da rentabilidade quantitativa, passa a ser erigido como mecanismo de seleção e exclusão, de premiação e de punição. A autocoisificação dos indivíduos, a sua busca constante por autovalorização – que encontra na exaltação do conceito de “capital humano” sua perfeita expressão –, indica uma captura ainda mais profunda das pessoas pelo fetichismo do capital. Produz-se então uma dinâmica perversa de compensações, em que, diante da atrofia do valor, busca-se a todo custo a valorização dos “capitais humanos” individuais, assim como, diante de uma heteronomia em escalada e da ausência de qualquer estabilidade, faz-se a apologia da autonomia e da independência dos indivíduos. As consequências psicossociais disso dificilmente podem ser exageradas. Como muito bem descreve Jappe (2017), tal subjetivação extremada da forma valor em seu momento de crise suscita uma devastadora alternância de sensações de sucesso e potência absoluta com sensações de fracasso, autoculpabilização e vazio absoluto. Portanto, se relermos a citação de Horkheimer da nossa primeira seção à luz da atualidade, a dinâmica social não apenas não pode mais inibir os aspectos mais perniciosos, agressivos e egoísticos do “princípio de competição”, como passa ela mesma a estimulá-los deliberadamente. Assim, é dissolvida a antiga sublimação que restringia tais aspectos pela via de uma moralidade limitadora, a qual, por mais hipócrita e contraditória que pudesse ser, era a base de uma institucionalidade que buscava administrar a tensão constitutiva da sociedade burguesa. Livre de tais limites, a violência do “salto mortal” da mercadoria, violência sempre latente mas antes recalcada, tende a transcender o seu caráter de mera metáfora, libertando os fantasmas da guerra civil.

Dardot e Laval (2016b) mobilizam o conceito de subjetivação financeira para pensar as consequências de uma sociabilidade em que os indivíduos, induzidos a se comportar como se fossem “capital humano”, adotam para

si mesmos a lógica do capital portador de juros e do capital fictício. Pois está embutida na lógica do capital humano uma crença de que cada um pode “valorizar o seu valor” ao longo do tempo a partir da mera posse de determinados atributos, interiorizando assim a lógica do capital financeiro, que aparenta se valorizar e produzir frutos por sua mera posse. “Investir em si mesmo” na expectativa de uma rentabilização posterior é o discurso dominante, inclusive para os que ainda são assalariados formais relativamente mais estáveis. Assim como o conceito de capital portador de juros expressa o fato de que “o capital enquanto capital se torna uma mercadoria” (MARX, 1985, v. 4, p.255), o “capital humano” expressaria a situação que os indivíduos enquanto tais, e não apenas a sua força de trabalho, projetam-se como mercadoria. Ademais, tem-se aí, como na lógica do capital fictício, um processo de valorização e desvalorização baseado em expectativas e antecipações sempre cambiantes e arriscadas sobre o futuro. O conceito e a análise de Dardot e Laval aqui são muito pertinentes, mas cremos que é crucial acrescentar o fato de que, precisamente por causa da vigência de um bloqueio à expansão do trabalho produtivo e do valor no presente, tal subjetivação financeira é o corolário da dinâmica objetiva do capitalismo contemporâneo, toda ela eixada em apostas cada vez menos críveis em torno de tais expectativas e antecipações futuras. A hipertrofia da financeirização contemporânea, o aumento irrefreável de uma dinâmica de bolhas de ativos e de crescente endividamento das empresas, o crédito alargado aos consumidores – tanto para compensar a renda fragilizada das famílias – como para criar demanda para a obsolescência planejada das mercadorias – expressam nada menos do que uma tentativa de fuga para a frente, dados os limites internos alcançados pelo capital. Como bem salienta Chesnais (2017b), “a financeirização é a *consequência* (grifo do autor) e não a causa da situação de bloqueio da acumulação”. Mas como a montanha de capital fictício que circula hoje não pode se autonomizar por completo de uma efetiva valorização real que possa vir a acontecer um dia (quando?), trata-se de uma fuga para frente crescentemente precária e irrealista, e que por isso

mesmo exige doses cada vez mais fortes de um suposto remédio que só pode tornar o sistema econômico ainda mais errático e explosivo.

Não por outro motivo tem-se, nas últimas décadas, uma procissão de crises financeiras cada vez mais abruptas. Paulatinamente, nos próprios breves momentos em que de fato há uma expansão da acumulação produtiva real, esta última tende a ser induzida por bolhas de imóveis, de ações ou do preço de certas *commodities* juntamente com o crédito aumentado que as acompanha. A expressão “capitalismo invertido”, de Trenkle (2018), descreve bem o processo em que, muitas vezes, não é mais a perspectiva de valorização produtiva que orienta a direção da finança, mas, sim, a perspectiva de acumulação financeira de curto prazo – ao inflar artificialmente certos ativos – que acaba dando algum fôlego para certos investimentos produtivos. O fato de que tal lógica “invertida” tenha inclusive se intensificado sobremaneira após a grande crise de 2008 revela que ela tende a se tornar nos fatos o próprio *modus operandi* do capitalismo mundial⁹. É nesse pano de fundo, intrinsecamente frágil, que se reproduz a economia global. O incontável aumento das dívidas públicas e a crise fiscal do Estado são ao mesmo tempo causas e consequências da arquitetura de castelo de cartas em que está preso hoje o capitalismo. Em primeiro lugar, sem frentes de valorização produtiva sustentáveis, o Estado – que não cria valor por si mesmo – vê

⁹ A ideia de que o crescimento chinês e o seu modelo econômico particular poderiam contradizer tal lógica não se sustenta nos fatos. Ao contrário, trata-se muito mais de uma exceção que confirma a regra. Se é inegável, por um lado, que nas últimas décadas a China tornou-se uma enorme fábrica de mercadorias e de mais-valia para o capitalismo global, a sua própria expansão exportadora já fora largamente condicionada pela demanda oriunda do aumento exponencial do crédito e do “efeito riqueza” das bolhas imobiliária e de ativos do resto do mundo, em especial dos EUA (BRENNER, 2003, p. 264). Na realidade, a funcionalidade da ascensão da China para o Sistema-Mundo capitalista, para além de mitigar provisoriamente a ausência de fronteiras de valorização produtiva de capitais e também para além de induzir, por certo período, *booms de commodities* nos países periféricos, residiu precisamente no fato de que a aplicação de seus saldos comerciais nos títulos estadunidenses tenha ajudado os EUA a prosseguirem como principal motor da economia global, com sua criação desmedida de capital fictício. Assim, a exceção chinesa não deixou de ser a confirmação de uma regra mais geral ditada pela dinâmica da contradição em processo do capital. Regra esta, diga-se de passagem, que também não deixa de se manifestar hoje na própria dinâmica interna da economia chinesa, cujo proletariado industrial já está se reduzindo em termos absolutos em meio à maior robotização do mundo, e cujo crescimento econômico - mesmo que ainda supere em muito a média global - tem dependido cada vez mais da dinâmica de intenso endividamento e de uma bolha imobiliária inédita, que não poderá perdurar sem choques futuros. Ver ainda sobre isto, Feldmann (2019) e Shih (2019).

erodida a sua fonte de recursos. Ao mesmo tempo, dada a dinâmica “invertida” do capitalismo, a recorrente socialização das perdas para se tentar evitar uma desvalorização arrasadora dos capitais acumulados torna-se o único modo de adiar um bloqueio total da máquina econômica. No mesmo sentido devem ser entendidas as pressões para as isenções fiscais aos capitalistas, como, por exemplo, a que foi recentemente realizada pelo governo Trump, cujo resultado tem sido menos retomar fortemente investimentos produtivos e mais inflar – ou ao menos evitar o afundamento – da acumulação fictícia das empresas (CHESNAIS, 2018). A flagrante injustiça social deste favorecimento a minorias privilegiadas que daí decorre torna-se ainda mais gritante à medida que, para lidar com tal dinâmica, a austeridade atinge em cheio os serviços e bens estatais coletivos. Austeridade seletiva e elitista esta, mas que, simultaneamente, é reflexo de uma contradição insolúvel, a saber, o fato de que no mesmo passo em que os Estados são chamados a despendar ou abrir mão de recursos para que a acumulação fictícia continue, o crescimento do endividamento estatal ameaça a credibilidade do último “porto seguro” até aqui desta mesma acumulação que são os títulos públicos. Os temores cada vez mais alardeados de que uma nova crise global em grandes proporções não poderá ter mais o seu apaziguamento a partir do suporte do Estado – ou ao menos não na intensidade necessária tal qual houve após a crise de 2008, posto que as taxas de juros já são muito baixas nas principais economias e uma nova expansão geral das dívidas públicas é temerária – pesam como séria ameaça sobre as diferentes moedas e a riqueza nelas denominadas. A própria confiança no dólar como pivô infalível do sistema financeiro mundial é erodida, para não falar do fato de que, em virtude das divisões geopolíticas de hoje, é improvável que se repitam, no mesmo grau, ações internacionais coordenadas entre os governos como as que ocorreram em resposta à crise de 2008. Em todo e qualquer caso, a ausência de qualquer base crível que oriente minimamente o longo prazo impele as decisões capitalistas e os Estados nacionais a um arraigado curto-prazismo.

Não é de se espantar também que o estreitamento da valorização produtiva, posto pela contradição em processo do capital nesse século XXI, acentue mecanismos de expropriação que meramente redistribuem uma riqueza já existente – em linha com o que Harvey (2010) chama de “acumulação por espoliação” –, isto é, privatizações, aquisições predatórias de empresas, expropriação e especulação imobiliária e fundiária, monopolização da propriedade intelectual e de *commodities*, para não falarmos da corrupção sistêmica.

5. Os sentidos do novo nacionalismo

Dada a falência do nacional como instrumento de controles sociais conscientes sobre a lógica do mercado e como suporte do “contramovimento” polanyiano, o crescimento dos novos nacionalismos poderia, num primeiro olhar, aparecer como um estranho anacronismo, como uma espécie de atavismo que, a despeito de tudo, continua de forma fantasmagórica produzindo seus efeitos de sentido e conformando uma dada lógica social. A pista não é totalmente errada, desde que se tenha claro que o recurso ao passado torna-se atual e vivo precisamente porque o futuro aparece bloqueado. A sociabilidade que corresponde ao aprofundamento da contradição em processo do capital exige a repetição acelerada e a subordinação aguda a um presente que desmorona progressivamente, no mesmo passo em que a esfera política – que sempre carregou em si alguma visão ou esperança de futuro – é amputada dos meios que poderiam transformar de forma substantiva esse mesmo presente. Sugerimos que é por esse ângulo que é possível melhor apreender porque a mobilização da ideia de nação volta a ganhar proeminência¹⁰.

¹⁰ Certamente, a sobreposição de temporalidades, a utilização e funcionalização de avatares do passado para contextos atuais muito diferentes dos quais eles foram formados, não são em si nenhuma novidade. Horkheimer (1982) já mostrara com propriedade que esse processo é recorrente em toda a história da modernização. A questão que surge, portanto, é a de buscar destrichar aqui as especificidades de um nacionalismo num quadro de crise permanente, de um nacionalismo que molda e ao mesmo tempo é moldado pela conjuntura contemporânea de limites internos do capital.

Um primeiro passo nesse sentido é ter em mente que, mesmo que a mundialização capitalista pudesse entregar aquilo que seus apologetas prometem – prosperidade, difusão das democracias e dos valores liberais, pacificação dos conflitos internacionais pela via das trocas econômicas e culturais, etc. –, tal hipotética integração benéfica não resolveria o problema da separação política do mundo em soberanias político-nacionais opostas entre si. Wood (2014) captou muito bem essa dimensão: para uma economia cada vez mais transnacionalmente integrada, não há nenhuma estrutura política transnacional correspondente. Se nos permitem aqui usar a terminologia marxista clássica, haveria uma incongruência entre uma infraestrutura capitalista que transcende o Estado-nação e uma superestrutura que o reafirma, dada a impossibilidade de se superar a divisão política do Sistema-Mundo capitalista. Assim, Wood levantava uma questão simples, porém fundamental: quem poderá estabelecer – e como – uma ordem harmônica e mutuamente consentida em meio à fragmentação do mundo em centenas de Estados dotados de estruturas políticas, assim como forças militares próprias em diferentes graus? Ou ainda, nas regiões do mundo em que nem sequer existem mais propriamente Estados, mas, sim, disputas entre milícias e senhores da guerra, alguém poderá produzir tal tipo de ordem? A resposta negativa a tais questões seria a prova de que a narrativa de uma possível harmonia trazida pela mundialização do capital seria nada mais que uma quimera. Haveria, pelo contrário, um potencial de violência – real ou como ameaça – e de anarquia sempre presentes, assim como a possibilidade efetiva de recaídas nacionalistas a qualquer momento¹¹.

Ao mesmo tempo – e essencial para os nossos propósitos aqui – é possível partir da constatação de Wood para refletir sobre um outro plano. A resiliência “atávica” das estruturas nacionais abre espaço para que elas possam

¹¹ Tal diagnóstico de Woods, feito no contexto pós 11/9 quando os EUA tentavam afirmar com suas guerras seu papel de “polícia mundial” em nome de uma suposta “ordem”, é ainda mais relevante hoje no pós-crise de 2008 e em que não existe mais nem a sombra da coordenação das relações internacionais que parecia existir sob o comando dos EUA logo após o fim da Guerra Fria. A recente ascensão política e militar da Rússia, à despeito de sua relativa debilidade econômica, seria arquetípica desta “inadequação” entre o político e econômico que reacende nacionalismos.

ser empenhadas não apenas na arena internacional, como também para que elas sejam redimensionadas e ressignificadas para a dinâmica da crise econômica, social e política interna em cada um dos países. Essa refuncionalização da ideia nacional, mesmo que guarde pontos em comum com os nacionalismos e o fascismo que se fizeram presentes na crise dos anos 1930, consiste num fenômeno inédito e bastante diferente dos exemplos passados. O nacionalismo sempre comporta geneticamente uma ideia de diferenciação em relação ao outro, e nesse sentido ele sempre foi uma relação com seu “fora de si”, com seu exterior. Daí que, na história, ensejar a nação – independentemente se tomarmos esse ato como civilizatório ou bárbaro – sempre foi instituir uma delimitação que unifica um dado conjunto exatamente porque ele exclui o outro. Os novos nacionalismos de hoje, tal qual as formas reacionárias de nacionalismo do passado, sem dúvida se baseiam nessa promoção de um dado conjunto nacional em detrimento de seu exterior, apoiando-se na sensação real de desamparo e de ressentimento vigente. Mas há aqui um aspecto novo e crucial na onda nacionalista contemporânea, que é o fato de que, na ausência de bases materiais concretas que unifiquem qualquer conjunto como no passado, a ideia de nação não possa mais ser mobilizada no sentido de uma contenção ou limitação do atomismo e da dessocialização. Daí tem-se a situação bizarra, mas cada vez mais presente, da busca por uma certa identidade política deste conjunto nacional disforme não através da promessa de uma transformação profunda das instituições sociais e econômicas, mas por meio da promoção e da simbolização “patriótica” da lógica autofágica da luta de todos contra todos que já está em curso há tempos na sociedade. Diga-se de passagem, essa é uma das razões de fundo para o fato de que, diferentemente dos nacionalismos que alcançavam o poder outrora quase sempre a partir de profundas rupturas institucionais – revoluções, guerras, contrarrevoluções –, no caso presente não há necessidade de tal grau de ruptura. A própria adequação, nas últimas décadas, do Estado e da esfera política aos imperativos totalitários dos “mercados” e da concorrência sem freios – lógica essa que ao mesmo tempo tem desmoralizado há tempos o que um dia se chamou de

democracia – propicia que o autoritarismo em curso possa se desdobrar das próprias instituições já existentes, o que lhe permite, inclusive, melhor se cacifar dentro de uma aura de “legitimidade”.

Consolida-se, portanto, o seguinte encadeamento: diante de uma crise irreversível do capital, a tecnologia de governo neoliberal é alçada como forma de administração dos indivíduos, ou, ainda como formulam Dardot e Laval (2016b), o neoliberalismo torna-se uma forma de governar pela crise. Mas como essa tecnologia de governo consiste num mecanismo quantificador de seleção das pessoas em função de uma rentabilidade individual cada vez mais difícil de obter, dados os limites da própria valorização capitalista, ela produz uma verdadeira fábrica social de indiferença, medo e ódio. Indiferença: pois a interiorização redobrada do fetichismo exigida pela sociabilidade em curso induz ao desprezo a todos os valores humanos e qualidades sensíveis e concretas que não sirvam diretamente à obtenção do valor monetário abstrato. Medo: pois a precariedade e a insegurança quanto ao futuro viraram a norma inelutável. E, por fim o ódio (dos outros e de si mesmo): posto que o culto à concorrência sem contrapesos, ao mesmo tempo que torna as demais pessoas em potenciais inimigos mortais, também normaliza a crença de que os fracassos de cada um são de responsabilidade e culpa exclusiva dos próprios indivíduos, ou então de certos bodes expiatórios. Temos, portanto, os ingredientes de um agudo sofrimento social. Uma vez que tal sofrimento social não é racionalizado em função de suas verdadeiras causas – determinadas pela heteronomia de uma sociabilidade que só pode se reproduzir levando ao extremo compulsões incontroláveis –, ele só pode se tornar cada vez mais difuso e indeterminado, clamando por compensações emocionais, por “respostas concretas”, por “atitudes de impacto” e por “culpados”, que criam um terreno fértil para a demagogia do populismo nacionalista. Se entendermos o neoliberalismo não como uma mera ideologia ou política específica, mas como um modo de governo da vida capitalista em crise permanente, os novos nacionalismos autoritários não são menos neoliberais que o hoje desbotado cosmopolitismo “democrático”. Aliás, os novos nacionalismos são inclusive mais adequados para

levar até o fim as consequências de tal neoliberalismo. Dado que o horizonte de vida das pessoas é um curto-prazismo alucinante, é o esticar cada vez mais a corda de um presentismo total, esfuma-se a política tradicional, pautada em promessas cada vez mais abstratas e cada vez menos críveis sobre o futuro. Se fantasiando no espetáculo de um suposto diálogo social, que na verdade é um monólogo cujo resultado quase sempre já se sabe de antemão, a política tradicional aparece como um “luxo” moroso e ineficaz e falso, abrindo assim espaço para propostas políticas que prometem “força” e “agilidade”. Mais ainda, enquanto o cosmopolitismo “democrático” tenta ocultar ou minimizar a realidade dura da indiferença, do medo e do ódio, os novos nacionalismos populistas tomam a sério este sofrimento social, não porque pretendem acabar com ele, mas, ao contrário, porque se propõem a canalizá-lo, dar-lhe formas concretas e a governar através dele. Horkheimer (1982) foi muito perspicaz quando, já nos anos 1930, notara que a politização da agressividade latente na sociedade burguesa não era apenas uma forma de jogar a raiva das massas contra oponentes que ameaçavam de fato as bases do poder estabelecido. Mais relevante e atual é o fato de que tal politização da agressividade seria uma forma odiosa, porém eficaz, de equalização social. Ao direcionar a raiva e a frustração para aqueles que aparecem como estranhos, como ameaçadores, como fora do padrão ou ainda para aqueles que parecem relativamente imunes às compulsões sociais em curso, os demagogos conseguem produzir a sensação de que ninguém poderá escapar à destrutividade geral. Com isso, o que se tem em vista é um nivelamento, não evidentemente no sentido de uma igualdade substantiva, mas, ao contrário, um nivelamento para todos da infelicidade e do desprezo socialmente produzidos, que gratifica perversamente os indivíduos justamente por mostrar-lhes que não há a alternativa de uma vida melhor e diferente da mediocridade cotidiana, facilitando assim que tudo continue como está.

Isto permite melhor iluminar o fato de que os novos nacionalismos, ancorando-se num discurso “antissistêmico”, podem ser tão ou mais eficazes para realizarem as exigências do sistema e da racionalidade neoliberais,

mesmo que seus líderes não tenham sido apoiados – ao menos não de início – pela maioria do establishment de seus países. As linhas de demarcação entre diferentes ideologias são cada vez mais tênues, e tem-se aí uma conjunção cada vez mais explícita entre neoliberalismo e nacionalismo autoritário¹². E tal conjunção só pode mesmo ganhar proeminência à medida que a lógica securitária e repressiva aparece como único esteio possível das formas de sociabilidade vigentes. A apologia da “ordem” e da “autoridade” e da “segurança”¹³ soma-se a um esforço de moralização pautado na combinação da meritocracia neoliberal com valores atávicos como família e religião. O medo, o ódio e a indiferença, que são os sintomas da individualização generalizada e do caráter cada vez mais abstrato dos contatos sociais, não podem, por outro lado, serem digeridos apenas individualmente. Eles precisam de uma forma coletiva de extravasamento, de alguma forma de corporização de seu caráter difuso. Expressado e promovido pela ideia de pátria nacional, como o “*America first*” de Trump ou o “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” de Bolsonaro, esse trabalho é facilitado na figura de inimigos internos e externos a serem contidos e reprimidos. De um lado, legitima-se a demanda de que o Estado seja duro e violento com os supostos inimigos da nação. No caso brasileiro, diga-se de passagem, o fato de que as populações indígenas tenham sido escolhidas entre tais inimigos nacionais vai ao pleno encontro da lógica hodierna de “acumulação

¹² Já comentamos aqui as isenções fiscais de Trump para as grandes empresas, mas podemos falar ainda do seu ataque à assistência de saúde (o *Obamacare*), como podemos acrescentar a reforma trabalhista de Orbán, que é acusada por seus opositores justamente de ser uma forma de semiescravidão, assim como mencionar também a coalização no poder na Itália, dentro da qual o Movimento 5 Estrelas chegou a colocar em seu programa de governo a proposta de um “Ministério para a promoção da meritocracia”, isso tudo para não falar na radicalização do neoliberalismo do programa econômico de Bolsonaro. Mas também é muito significativo o fato de que mesmo o governo Macron, que se apresenta como campeão de um cosmopolitismo “democrático” e como arauto de um empreendedorismo individualista que pretende transformar a França numa “*start-up nation*”, tenha cinicamente mobilizado os sentimentos nacionalistas e xenófobos contra os imigrantes no discurso em cadeia nacional que fez em resposta ao movimento dos *Gilets Jaunes*. Ou ainda, de forma semelhante, que o Ministro do Interior da outrora tida como tolerante Alemanha tenha declarado recentemente que a questão dos refugiados é a “mãe de todos os problemas”.

¹³ É por isso que, diferentemente da austeridade que se impõe aos serviços públicos em geral, os orçamentos militares e securitários têm, ao contrário, crescido de forma geral. Para uma análise detalhada da questão no caso francês, ver Serfati (2018).

por espoliação”, demolindo-se qualquer veleidade ecológica ou humanista que poderia obstaculizá-la. De outro lado, quando esse mesmo Estado, no caso de Trump e Bolsonaro, propõe-se a legalizar o armamento para todos os cidadãos, ele acaba por ilustrar a própria razão neoliberal levada ao seu extremo de agressividade: a individualização e privatização dos próprios meios de violência. Se o preço a se pagar pela tentativa de se equiparar a própria existência humana à lógica do capital em crise é a generalização da guerra civil e a supressão do caráter dialógico da política, como temos insistido, o nacionalismo autoritário está mais equipado do que suas ideologias concorrentes para conduzir tal equiparação, tanto discursivamente como na prática.

Ademais, a onda autoritária também aparece como mais adequada para lidar com a superfluidade estrutural que acompanha a contradição em processo do capital. Se a modernização nacional no passado nunca deixou de produzir seus excluídos, aos quais quase sempre se pedia que esperassem para o dia em que, enfim, o “progresso” e o “desenvolvimento” os abraçá-los-iam, agora fica cada vez mais explícito que diante da corrida de “seleção” e “exclusão” neoliberal é cada vez maior o número de pessoas que fica para trás, ou que nem mesmo tem condições de dar a partida na corrida. O que fazer então com aqueles cuja mão de obra não é mais explorável e que tampouco podem sequer simular sua autovalorização como “capitais humanos”, mas que, por outro lado, são privados de qualquer outra forma de existência que não seja aquela eixada no dinheiro e no valor? Num capitalismo que, diante de seus limites, intensifica ainda mais o culto da produção pela produção e o culto ao trabalho – mesmo que na forma individualizante de empresas de si –, aqueles que não podem, nem mesmo potencialmente, entrar no jogo de abstração e equalização do valor como mercadorias, só podem ser vistos com estranheza, como diferença absoluta e, portanto, como ameaças. Daí que se intensifica a administração repressiva e criminalizante dos supérfluos, daqueles descartáveis dadas as condições econômicas e sociais vigentes, o que permite ao novo nacionalismo adquirir mais um de seus sentidos. Em nome dos “valores nacionais”,

decreta-se como “incompatíveis”, “inassimiláveis” ou mesmo diretamente como “escória humana” tanto a ameaça externa, como, por exemplo, o caso da imigração e dos refugiados, como também a ameaça interna, como, por exemplo, o caso dos jovens sem quaisquer perspectivas de emprego nas periferias das cidades. A comunidade nacional passa então a ser imaginada como sendo daqueles que ainda de alguma forma permanecem – ou parecem permanecer – integrados, projetando em si mesma uma suposta vitória diante de seres humanos “derrotados”, posto que indesejáveis pelo capital. No entanto, isso não pode ocultar o fato de que, como Mbembe (2014) mostra, a descartabilidade e a vulnerabilidade tendem a se tornar uma condição universal dos seres humanos. Assim, a repulsa que recai sobre aqueles marcados pela exclusão é também a exteriorização de um fantasma que ronda aqueles cuja inclusão parece ter um caráter cada vez mais provisório e incerto. De toda forma, é nesse processo de desumanização mortífera e de separação forçada que os populismos autoritários forjam suas identidades, ao mesmo tempo que pretendem dar continuidade, com maior eficácia, aos dispositivos de controle físico dos seres humanos que já vinham sendo desenvolvidos por todo lugar, a despeito do governo de plantão.

Por fim, se as perspectivas para aqueles que buscam combater tal quadro e caminhar numa direção emancipatória se afiguram como extremamente difíceis, sem embargo, a própria dureza da conjuntura atual pode ajudar, mesmo que de forma negativa, a buscar novos caminhos e a desmistificar práticas e ideias que aprisionam o pensamento crítico. Em especial, a crítica do novo nacionalismo de direita pelo viés da defesa de um “verdadeiro e popular” nacionalismo de esquerda, ou ainda de um “populismo de esquerda”¹⁴, não apenas erra o alvo como acaba por legitimar, malgrado as intenções, o mesmo quadro de referências que deve ser criticado. Tais posições, ao mesmo tempo que fazem o fetiche da política, ignoram a dinâmica fetichista de fundo que tem bloqueado a política tal como se conheceu um dia. Daí que a lógica soberanista de disputa do Estado-nacional como tal,

¹⁴ Como, por exemplo, tem proposto Mouffe (2018).

independentemente do significado que ela possa ter tido no passado e das emoções que ela ainda possa mobilizar hoje, só pode levar hoje ao beco sem saída de se prontificar a oferecer formas diferentes de administrar a mesma crise do capitalismo. É justamente pelo fato de que o Estado-nacional perdeu todo sentido estruturador de um “projeto” e de que ele se aproxima cada vez mais de ser o último recurso de mediação de um colapso, que o fenômeno precisa ser denunciado e tematizado para que seja possível buscar alternativas efetivas. Do contrário, a luta por hegemonia torna-se, na melhor das hipóteses, uma abstrata e a-histórica avaliação desgastante das correlações de forças (para fazer o que exatamente?), e, na pior das hipóteses, tende a aproximar, de forma transversal e perigosa, a esquerda da demagogia populista de direita. Se há ainda algum sentido no conceito de hegemonia para pensar a luta pela superação do estado de coisas existente, ele passa obrigatoriamente pela crítica negativa das categorias estruturantes do capital – a mercadoria, o valor, o trabalho abstrato, assim como o Estado – para que, na batalha por sua superação, possamos propor novas formas de vida e existência em comum. Sem minimizar a adversidade do contexto em que todos estamos enredados e tendo a ciência de tratar-se de uma tarefa ainda a ser ainda desenvolvida num esforço coletivo, creio ser esta a única forma de dar coerência e inteligibilidade para os desafios que continuam e continuarão, inclusive para os mais imediatos desses desafios.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BOTELHO, Maurílio Lima. “Crise do trabalho hoje: desenvolvimento tecnológico, instabilidade do emprego e crise do capitalismo”, *Acesso Livre*, n. 5, p. 6-24, 2016.
- BÖTTCHER, Herbert. “Alguma coisa segue seu curso ou: o apito final que ninguém quer ouvir.” *In: http://www.obeco-online.org/herbert_bottcher3.htm*. 2018. Acesso em 24 de julho de 2019.
- BRENNER, Robert. *O boom e a bolha*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- CHESNAIS, François. “Le capitalisme a-t-il rencontré des limites infranchissables?” *In: <http://alencontre.org/laune/le-capitalisme-a-t-il-rencontre-des-limites-infranchissables.html>*, 2017, acesso em 24 de julho de 2019.
- _____. “Les dimensions financières de l’impasse du capitalisme” *In: <http://alencontre.org/economie/les-dimensions-financieres-de-limpasse-du-capitalisme-i.html>*. 2017b. Acesso em 24 de julho de 2019.
- _____. “Etats-Unis. Les vantardises de Trump” *In: <https://alencontre.org/ameriques/americanord/usa/etats-unis-les-vantardises-de-trump-or-une-nouvelle-crise-financiere-guette.html>*. 2018. Acesso em 24 de julho de 2019.
- COLLINS, Randall. “The end of middle class work: no more escapes” *In: WALLERSTEIN, Immanuel (org.). Does capitalism have a future?*, Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 37-69.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- _____. “Ce Cauchemar qui n’en finit pas. L’étrange victoire. Comment le néolibéralisme défait la démocratie”, *La Découverte*, Paris, 2016b.
- _____. *Anatomie du nouveau néolibéralisme*. Avant-propos pour la traduction anglaise de Ce Cauchemar qui n’en finit pas (à paraître). 2018.
- FELDMANN, Daniel. “A crise contemporânea do capitalismo: reflexões a partir de um debate com as abordagens sistêmicas de Arrighi, Fiori e Wallerstein”, *Economia e Sociedade*, v. 28, n. 2, p. 339-364, Campinas, 2019.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GORZ, André. *Ecologica*. Paris: Éditions Galilée, 2007.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2010.
- HORKHEIMER, Max. “Egoism and the freedom movement: on the anthropology of the bourgeois era”, *Telos Critical Theory of the Contemporary*, n. 54, p. 10-60, 1982.
- JAPPE, Anselm. *La société autophage*. Paris: La Découverte, 2017.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MARCUSE, Herbert. “Aggressiveness in Advanced Industrial Society” *In: <https://www.marxists.org/reference/archive/marcuse/works/aggressiveness.htm>*. 1967. Acesso em 24 de julho de 2019.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 5v., (Coleção Os Economistas), 1985.
- _____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

MOUFFE, Chantal. “Diante do avanço do populismo de direita, ‘o único caminho é desenvolver um populismo de esquerda’” In: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584930rda-entrevista-com-chantal-mouffe>. 2018.

PAITARIDES, Dimitris & TSOULFIDIS, Lefteris. “Capital intensity, unproductive activities and the Great Recession in the US economy”, *Cambridge Journal of Economics*, v. 43, n.3, p. 623-647, 2019.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POSTONE, Moishe. “History and Helplessness: Mass Mobilizations and Contemporary Forms of Anticapitalism” In: https://platypus1917.org/wp-content/uploads/readings/postonemoishe_historyhelplessness.pdf, 2006. Acesso em 24 de julho de 2019.

SERFATI, Claude. “La défense, un avantage compétitif de la France dans l’Union européenne” In: <https://www.contretemps.eu/defense-armee-france-europe/>. 2018. Acesso em 24 de julho de 2019.

SHIH, Victor. “China credit conundrum”, *New Left Review*, n.115, 2019. In: <https://newleftreview.org/issues/1115/articles/victor-shih-china-s-credit-conundrum>. Acesso em 24 de julho de 2019.

STREECK, Wolfgang. “Como vai acabar o capitalismo? O epílogo de um sistema em desmantelo crônico” In: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/como-vai-acabar-o-capitalismo/>, 2014. Acesso em 24 de julho de 2019.

TRENKLE, Norbert. “The Crisis of Labor and the Limits of Capitalist Society” In: <http://www.palim-psao.fr/2018/08/workout-the-crisis-of-labor-and-the-limits-of-capitalist-society-by-norbert-trenkle.html>. 2018. Acesso em 24 de julho de 2019.

VINCENT, Jean Marie. *Les mensonges de l’État*. Paris: Le Sycomore, 1979.

WOOD, Ellen. *Império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.